

JUN 2004

Senado proíbe ^{federal} que autoridades aceitem viagens

Relator, porém, altera projeto e abre diversas exceções

• BRASÍLIA. Projeto aprovado ontem pelo Senado proíbe que autoridades aceitem passagens e hospedagem para participar de eventos, mas abre exceções. O projeto, do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), trata como ato de improbidade administrativa o desrespeito à regra. O relator, senador Amir Lando, hoje no Ministério da Previdência, proibiu a aceitação de hospedagem e passagens para participação em eventos, mas abriu exceção quando o convite partiu do patrocinador ou quando o convite for de organismo internacional integrado pelo Brasil, de governo estrangeiro e suas instituições acadêmicas, científicas ou culturais.

Relator libera viagem para ver jogo da seleção

Pelo projeto de Antonio Carlos, a recente viagem de políticos a Paris custeada pela Fifa seria proibida. Mas a versão do relator, mais suave, a transforma em exceção porque se trata de uma entidade da qual o Brasil faz parte. "Parece-nos necessário evitar que as vedações previstas na proposta se revelem excessivas, impedindo práticas lícitas e dificultando a ação da administração", argumentou o relator.

Para Antonio Carlos, a proposta tem objetivo moralizador. Segundo afirma na justificativa da proposta, a imprensa tem noticiado viagens de integrante dos três poderes custeadas por empresas interessadas em criar facilidades para o atendimento de seus pleitos. ■